

Custo atribuído: Um estudo do efeito do registro nos indicadores econômico financeiros das companhias abertas no Brasil

Lorena Costa de Oliveira Mello (UFC) - lorena.costa@plauditores.com.br

Adelina Soares Albuquerque (FAMETRO) - adelina1albuquerque@gmail.com

Raphael de Jesus Campos de Andrade (UECE) - contato@raphaelcampos.com

Aline Mota Albuquerque (FAMETRO) - alinemotaalbuquerque@gmail.com

Luiz Daniel Albuquerque Dias (Fametro) - coordenacaocontabeis@fametro.com.br

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto do registro do custo atribuído (deemed cost) nos indicadores econômico-financeiros das companhias abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A análise se concentrará nas demonstrações contábeis do exercício de 2009, ano que as empresas brasileiras estavam em processo de adoção às normas internacionais de contabilidade e que foi concedida às mesmas a possibilidade de avaliar o seu ativo imobilizado a valor justo pelo ICPC 10 (2009). Esta pesquisa é classificada como pesquisa descritiva, de natureza quantitativa, tendo como amostra 564 empresas dos 10 setores mais representativos. Para a realização do estudo, foram selecionados os indicadores de Estrutura de Capital: Participação de Capital de Terceiros (PCT), Imobilização do PL (IPL) e Imobilização dos Recursos Permanentes (IRP); e de Rentabilidade: Giro do Ativo (GA), Margem Líquida (ML), Rentabilidade do PL (ROE) e Rentabilidade do Ativo (ROA) das empresas que apresentaram nas suas notas explicativas informações quanto ao impacto da adoção do custo atribuído. A amostra foi submetida ao cálculo de estatística descritiva e aos testes de médias para amostras emparelhadas Wilcoxon. Os resultados dos testes constatam que os indicadores de Rentabilidade, das empresas listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foram impactados de forma negativa pela adoção do custo atribuído (deemed cost), ao nível de significância de 5%. Enquanto que os indicadores de Estrutura de Capital foram impactados de forma positiva, exceto o indicador Imobilização dos Recursos Permanente (IRP), que foi impactado negativamente, ao mesmo nível de significância.

Palavras-chave: ICPC 10. Custo atribuído. Indicadores econômico-financeiros.

Área temática: Abordagens contemporâneas de custos

Custo atribuído: Um estudo do efeito do registro nos indicadores econômico financeiros das companhias abertas no Brasil

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto do registro do custo atribuído (*deemed cost*) nos indicadores econômico-financeiros das companhias abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A análise se concentrará nas demonstrações contábeis do exercício de 2009, ano que as empresas brasileiras estavam em processo de adoção às normas internacionais de contabilidade e que foi concedida às mesmas a possibilidade de avaliar o seu ativo imobilizado a valor justo pelo ICPC 10 (2009). Esta pesquisa é classificada como pesquisa descritiva, de natureza quantitativa, tendo como amostra 564 empresas dos 10 setores mais representativos. Para a realização do estudo, foram selecionados os indicadores de Estrutura de Capital: Participação de Capital de Terceiros (PCT), Imobilização do PL (IPL) e Imobilização dos Recursos Permanentes (IRP); e de Rentabilidade: Giro do Ativo (GA), Margem Líquida (ML), Rentabilidade do PL (ROE) e Rentabilidade do Ativo (ROA) das empresas que apresentaram nas suas notas explicativas informações quanto ao impacto da adoção do custo atribuído. A amostra foi submetida ao cálculo de estatística descritiva e aos testes de médias para amostras emparelhadas *Wilcoxon*. Os resultados dos testes constatarem que os indicadores de Rentabilidade, das empresas listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foram impactados de forma negativa pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ao nível de significância de 5%. Enquanto que os indicadores de Estrutura de Capital foram impactados de forma positiva, exceto o indicador Imobilização dos Recursos Permanente (IRP), que foi impactado negativamente, ao mesmo nível de significância.

Palavras-chave: ICPC 10. Custo atribuído. Indicadores econômico-financeiros.

Área Temática: Abordagens contemporâneas de custos

1 Introdução

A adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) é um dos mais importantes marcos regulatórios da história da contabilidade mundial. No Brasil, o processo de adequação às normas internacionais de contabilidade teve início com a promulgação da Resolução do CFC nº 1.055 de 07/10/2005, que criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, cujo objetivo é o de emitir normas contábeis e pareceres e orientações técnicas sobre procedimentos de contabilidade e, posteriormente, com a promulgação da Lei nº 11.638/07 que alterou parte da Lei 6.404/76, tomando grande passo rumo à padronização contábil internacional.

Dentre os diversos pronunciamentos emitidos pelo CPC, no processo de internacionalização das normas contábeis, tem-se o CPC 27 (2009) - Ativo Imobilizado - e o ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC's 27, 28, 37 e 43 que concedem a possibilidade de se registrar o valor justo como custo atribuído ao ativo imobilizado.

O ICPC 10 (2009) concedeu a opção das empresas identificarem itens de seu ativo imobilizado, ainda em operação, e com capacidade de gerar fluxos de caixa futuros, que estejam registrados na contabilidade por valor inferior ou superior ao seu valor justo e contabilizar esses itens pelo seu valor justo. Entretanto, tal oportunidade de ajustar os ativos

imobilizados e iniciar vida nova com taxas de depreciação mais representativas da realidade econômica somente ocorre na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IUDICIBUS; MARTINS; GELBECK, 2010).

Tal opção está relacionada à modificação de critério de mensuração de um item de grande representatividade nas demonstrações contábeis, o ativo imobilizado, que influencia vários indicadores de rentabilidade e estrutura de capital do balanço, podendo gerar alterações significativas no resultado e no patrimônio líquido dessas empresas.

Nesse contexto, o problema que se busca responder é: Qual o efeito do registro do custo atribuído nos indicadores econômico-financeiros das companhias abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários?

Como objetivo geral, esta pesquisa busca analisar o efeito do registro do custo atribuído nos indicadores econômico-financeiros das empresas registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Pesquisas sobre o impacto da adoção das IFRS (BEUREN; KLANN, 2008; WATANABE, 2009; MIRANDA, 2008; PERRAMON; AMAT, 2011; SANTOS, 2013), mais especificamente sobre a adoção do valor justo como novo custo atribuído do imobilizado, revelaram a ocorrência de diferenças significativas na representação da situação econômica e financeira das empresas.

O estudo se justifica pelo impacto causado nas demonstrações contábeis decorrente da convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, bem como, segundo notícias veiculadas, sobre as distorções nos relatórios devido ao valor irreal ou infundado dos bens do ativo imobilizado e suas conseqüentes depreciações, até a aderência às novas normas. Sobre o assunto, o Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (2012) ressaltou que com os novos pronunciamentos relacionados ao ativo imobilizado, muitas empresas avistaram a possibilidade de regularizar o custo do seu ativo imobilizado pelo valor justo e, em conjunto com os demais pronunciamentos correlatos, adequar à estimativa de vida útil dos bens, que não condizia com a realidade operacional da maioria delas, pois, em muitos casos, o bem continuava gerando benefícios econômicos para a empresa.

Em conseqüência de tais notícias e dado a importância do tema para as empresas, devido a sua relevância nas demonstrações contábeis utilizadas como ferramenta de decisão pelos investidores, esse assunto tem sido objeto de estudos empíricos no ambiente acadêmico.

Os estudos empíricos de Andreatta (2013), Bernardino, Prado e Ribeiro (2011), Cerqueira *et al* (2013), Evangelista (2010), Santos (2013), Weber (2013), Antunes *et al* (2012), Alves (2008), Iudicibus (2010), Lemes e Silva (2007), Eckert *et al* (2012), Macedo (2008), Oliveira *et al* (2010) e Téles (2003) dão suporte acadêmico ao desenvolvimento do presente estudo. Sua contribuição está exatamente em analisar as demonstrações contábeis antes e após a adoção do custo atribuído, nas empresas que o fizeram, verificando o efeito nos indicadores econômico financeiros.

O estudo está estruturado em quatro seções, incluindo esta introdução. Na seção 2, apresenta-se o referencial teórico, contextualizando-se as exigências do ICPC 10 (2009) e os indicadores econômico-financeiros. Na seção 3, tem-se a metodologia, que apresenta as características da pesquisa, as empresas analisadas, a forma de coleta e o tratamento dos dados. Na seção 4, demonstram-se os resultados da análise. Na última seção, apresentam-se as considerações finais, as reflexões sobre o estudo e sugestões para futuras pesquisas.

2 Referencial Teórico

2.1 Custo Atribuído (*Deemed Cost*) – ICPC 10

Em 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC's 27, 28, 37 e 43 com o objetivo de tratar

de temas relacionados à aplicação dos citados Pronunciamentos Técnicos. Tal norma permite que, na adoção inicial destes pronunciamentos, seja realizada a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais destas contas, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost).

O Pronunciamento Técnico CPC 37 (2009), Apêndice A, estabelece a definição de Custo atribuído, conforme segue:

O montante utilizado como um substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em uma determinada data. Nas depreciações e amortizações subsequentes é admitida a presunção de que a entidade tenha inicialmente reconhecido o ativo ou o passivo na determinada data por um custo igual ao custo atribuído.

Pelo conceito apresentado acima, nota-se que a adoção inicial do IFRS trouxe a opção de se registrar o ativo imobilizado da empresa por seu valor justo (fair value), desta forma, gerando um novo custo atribuído ao imobilizado.

O valor justo pode ser definido como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração”. (CPC 46, 2012, Item 9).

A mensuração deste critério pode ser realizada em 3 níveis, destacados a seguir: i) nível 1 - preços cotados em mercado ativo para ativos e passivos idênticos; ii) nível 2 - preços cotados para ativos ou passivos similares ou idênticos em mercados ativos ou não; iii) nível 3 - utiliza técnicas de avaliação para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo.

Os possíveis efeitos da aplicação do custo atribuído (deemed cost) inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado, decorrentes dessa nova avaliação, devem ser contabilizados na abertura do primeiro exercício social em que se aplicar o Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo as demonstrações contábeis apresentadas para fins comparativos ajustados para considerar este novo custo atribuído.

Os efeitos dos procedimentos de ajuste descritos devem ser contabilizados tendo por contrapartida a conta do patrimônio líquido, denominada Ajustes de Avaliação Patrimonial, conforme artigo 182 da Lei 6404/76 § 3º:

Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta Lei.

Aprofundando o assunto, ressalta-se que a mensuração do valor justo dos ativos imobilizados implica, além do ajuste no Patrimônio Líquido, na própria conta do imobilizado, do resultado, decorrente de depreciação ou amortização e, a depender, da opção quanto ao regime de tributação da empresa, no passivo, na conta de tributos diferidos passivos.

O CPC 27 Ativo Imobilizado – incentiva fortemente o uso do valor justo, como custo atribuído do imobilizado, para os bens ou conjunto de bens de valores relevantes ainda em operação, com capacidade geradora de caixa futuro, e que apresentem valor contábil consideravelmente inferior ou superior ao seu valor justo. Esta opção é permitida somente no momento inicial da adoção às normas internacionais de contabilidade, não sendo permitidas posteriores revisões em períodos seguintes, assim, não pode ser considerada como uma prática de reavaliação, mas sim como ajuste dos saldos iniciais ou custo na adoção inicial (deemed cost).

O Pronunciamento Técnico ICPC 10 (2009) prevê, contudo, que para a adoção do custo atribuído há obrigatoriedade de laudos de avaliação fundamentados e com informações que permitam o atendimento das práticas contábeis, com a identificação do valor justo dos ativos imobilizados, da vida útil econômica e do valor residual. Tais relatórios devem ser desenvolvidos por especialistas que tenham experiência, competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens.

No exercício social, encerrado a partir de 1º de janeiro de 2010, as empresas foram obrigadas a divulgar nas notas explicativas a opção pela adoção ou não do custo atribuído, indicando a base de avaliação utilizada, a razão de sua escolha e os efeitos sobre o balanço de abertura, conforme determinado pelo ICPC 10 (2009). Por outro lado, para os casos em que o valor contábil do ativo imobilizado das empresas não seja substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo, a entidade deve divulgar em nota explicativa as razões pela não adoção da opção pelo custo atribuído.

2.2 Índices Econômico-Financeiros

Para Iudícibus (2012, p. 92), “a análise de balanços encontra seu ponto mais importante no cálculo e na avaliação do significado de quocientes, relacionando principalmente itens e grupos do balanço e da demonstração do resultado”.

Braga (1999) afirma que o objetivo principal da análise das demonstrações contábeis refere-se à geração de uma melhor visão das tendências dos negócios, para os administradores, com o intuito de assegurar que os recursos sejam obtidos e aplicados, efetiva e eficientemente, na realização das metas da organização.

Para que seja analisada a situação econômico-financeira de uma empresa é fundamental a utilização de indicadores, que tornam as informações mais precisas e facilitam a comparação. É, pois, de suma importância, a análise dos indicadores para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações.

Segundo Matarazzo (2010, p. 147), “índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

Os principais aspectos revelados pelos índices econômico-financeiros são divididos em três grupos: liquidez e estrutura de capital – evidenciam aspectos financeiros; e rentabilidade – evidencia aspectos econômicos (MATARAZZO, 2010)

Dentre os diversos índices de análise e avaliação da situação econômica e financeira das companhias serão levantados, nesta pesquisa, especificamente, os indicadores de Estrutura de Capital e os de Rentabilidade, pois o registro do deemed cost afeta diretamente a composição do capital e o resultado das companhias.

As formas de cálculo e indicações de cada um dos índices analisados estão representadas no Quadro 1.

Grupo	Índice	Fórmula	Indicação
Estrutura de capital	Participação de capital de terceiros	$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{PL}} \times 100$	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 100 de capital próprio.
	Imobilização do patrimônio líquido	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{PL}} \times 100$	Quanto a empresa aplicou no ativo permanente a curto prazo em relação as obrigações totais
	Imobilização dos recursos permanentes	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{P\~{N}C} + \text{PL}} \times 100$	Quanto dos recursos não correntes da empresa (Passivo não circulante Patrimônio Líquido) está aplicado no ativo não circulante
Rentabilidade	Giro do ativo	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$	Quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1 de investimento total

	Margem líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100,00 vendidos
	Rentabilidade do patrimônio líquido – ROE	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{PL}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100 de capital próprio investido.
	Rentabilidade do ativo – ROA	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100 de investimento total.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010).

Quadro 1- Indicadores econômicos – financeiros

Para analisar a estrutura de capital, foram utilizados os índices de participação de capital de terceiros, imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos permanentes. Segundo Assaf (2007), esses índices indicam a forma de utilização de recursos de terceiros pela empresa e qual a sua participação.

Para avaliar a rentabilidade, foram utilizados os índices de Giro do Ativo, Margem líquida, Rentabilidade do Patrimônio Líquido e Rentabilidade do Ativo. Segundo Matarazzo (2010, p.175), esses índices “mostram a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, o quanto renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa”.

3 Metodologia

3.1 Enquadramento metodológico

O presente estudo se caracteriza como pesquisa descritiva, ao passo que busca identificar, dentre as empresas listadas na Comissão de Valores Mobiliários, aquelas que optaram pela adoção do deamed cost no exercício de 2010 e os seus efeitos nos indicadores econômicos- financeiros.

Conforme Gil (2002, p. 45), a pesquisa descritiva “[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento entre variáveis”.

Para Lakatos e Marconi (1978), as técnicas de pesquisa podem ser classificadas em documental (fontes primárias) e bibliográficas (fontes secundárias).

Neste estudo, para o procedimento de coleta de dados, foi adotada a pesquisa documental, junto às demonstrações financeiras publicadas pelas companhias de capital aberto registradas na CVM. De acordo com Collis e Hussey (2005), a pesquisa documental descreve fenômenos ocorridos em uma população (por exemplo, organizações) a partir de dados qualitativos empíricos, levantados junto a uma entidade concreta, no caso, balanços e notas explicativas. Também se utilizou de pesquisa bibliográfica, em livros e periódicos nacionais e internacionais, com o intuito de traçar o suporte conceitual e factual do fenômeno estudado.

Quanto à natureza, a pesquisa é de natureza quantitativa uma vez que se utiliza de instrumentos estatísticos para tratamento das informações obtidas. A pesquisa quantitativa é comum em estudos de levantamento, na tentativa de entender, por meio de uma amostra, o comportamento de uma determinada população, segundo Beuren (2004).

3.2 Hipóteses

Com base no problema levantado e buscando verificar se existem indícios de diferenças significativas entre os índices econômicos-financeiros calculados com e sem o efeito do registro do custo atribuído, foi levantada a seguinte hipótese:

H1: Existe diferença estatisticamente significativa entre os indicadores econômicos-financeiros calculados com e sem o efeito do registro do valor justo como novo custo atribuído ao ativo imobilizado das Companhias abertas do Brasil.

3.3 População e amostra

A população é composta pelas companhias de capital aberto registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), totalizando 2.071 empresas.

Já a amostra foi constituída com as empresas que registraram o custo atribuído (deemed cost) e apresentaram nas notas explicativas sumário das práticas contábeis modificadas, acompanhado de demonstração dos efeitos da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 no resultado e no patrimônio líquido.

Das 2.071 companhias registradas no sitio da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), foram retiradas da população: i) as instituições financeiras, no montante de 263, por terem operações e legislações específicas; ii) as companhias que tiveram seu registro a partir de 2010, que totalizam 67 empresas e, por último, iii) as companhias que tiveram o seu registro cancelado até o exercício de 2010, no total de 1.176 e iv) outliers cujos valores superaram três desvios padrões em relação à distribuição amostral, o que representou a exclusão de 1 companhia, totalizando uma amostra final de 564 companhias, descritas no quadro abaixo por setor:

Tabela 1- Empresas distribuídas por setor

Setor	Quantidade de empresas
Bens industriais	40
Construção e Transporte	106
Consumo cíclico	73
Consumo não Cíclico	53
Materiais básicos	64
Petróleo, gás e biocombustíveis	9
Tecnologia da informação	10
Telecomunicações	21
Utilidade pública	84
Outros	104
Total	564

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para atendimento ao objetivo do trabalho, serão utilizadas as informações do Balanço Patrimonial e Demonstração do resultado do exercício de 2009, antes e depois do efeito do registro do custo atribuído nessas demonstrações. Salienta-se que, apesar de ter sido em 2010 a aplicação do custo atribuído, as empresas que optaram por realizar esse procedimento foram obrigadas a fazerem o ajuste retrospectivo e republicarem as suas demonstrações financeiras com e sem o efeito do ajuste, informação esta que será utilizada para o cálculo do efeito do custo atribuído nos indicadores econômicos financeiros das empresas.

3.4 Coleta de dados

Os dados coletados para o desenvolvimento da pesquisa são os saldos das seguintes contas, no exercício de 2009, antes e depois do ajuste do custo atribuído: patrimônio líquido, lucro do exercício, ativo total, investimentos, intangíveis, diferido, vendas líquidas, ativo imobilizado, passivo circulante e passivo não circulante.

Os dados foram obtidos por meio das demonstrações financeiras padronizadas, disponibilizadas no sítio das empresas e/ou da CVM no exercício de 2010 (não financeiras), exercício em que as autoridades solicitaram a divulgação da opção pela utilização do custo

atribuído, bem como nos casos de utilização do mesmo, a publicação dos balanços com o efeito e sem o efeito do ajuste para o exercício de 2009, em notas explicativas.

Os indicadores a serem analisados para o desenvolvimento da pesquisa estão divididos em dois grupos, a saber: Estrutura de Capital e Rentabilidade. Os indicadores observados do grupo Estrutura de Capital são Participação de Capital de Terceiros, Imobilização do PL e Imobilização dos Recursos Permanentes, já os indicadores do grupo Rentabilidade são Giro do Ativo, Margem Líquida, Rentabilidade do PL e Rentabilidade do Ativo.

Esses índices foram selecionados por serem considerados relevantes, em termos econômicos – financeiros, para demonstrar a situação da empresa e auxiliar o processo de tomada de decisão por parte dos usuários e por terem sido impactados com a adoção do custo atribuído.

3.5 Procedimentos de Análise

Para atender ao objetivo geral do estudo, que é analisar o efeito do registro do custo atribuído nos indicadores econômico-financeiros, foram calculados os índices dispostos no quadro 1, referentes ao exercício de 2009, utilizando as informações antes e após o ajuste do custo atribuído e, posteriormente, utilizadas as seguintes técnicas: análise documental, estatística descritiva, Teste de Kolmogorov-Smirnov, Teste de Levene e Teste de Diferenças de Média para amostras emparelhadas (Wilcoxon).

A técnica de análise documental foi utilizada para que se fizesse a abordagem da identificação de quais empresas realizaram e divulgaram o ajuste do custo atribuído, em suas notas explicativas, do exercício de 2009.

Após relacionadas as demonstrações contábeis e as notas explicativas das empresas da amostra, procedeu-se à coleta das informações relativas aos ajustes do custo atribuído no ativo, passivo, patrimônio líquido e no resultado, das empresas controladoras, bem como os saldos das contas citadas na seção 3.3. Em seguida, foram calculados os indicadores econômico-financeiros de Estrutura de Capital e de Rentabilidade, antes e após a aplicação do custo atribuído e calculada a estatística descritiva da amostra, apresentando média, desvio padrão, máxima e mínima, com o intuito de descrever a amostra a do estudo.

Após tratamento dos dados, realizou-se o teste de *Kolmogorov-Smirnov*, para averiguar se há normalidade na distribuição dos indicadores da amostra, e o teste de Levene, para detecção da homogeneidade das variâncias dos grupos, com intuito de verificar se há semelhança entre os indicadores da amostra. Ambos os testes foram realizados com os valores antes e após a adoção do custo atribuído e foram utilizados como pressupostos para o uso de testes paramétricos de diferenças de médias, utilizados para se medir uma variável antes e após um evento.

O teste estatístico de *Kolmogorov-Smirnov* é utilizado para testar a aderência à normalidade, ou seja, que se pode pressupor como normal a distribuição de uma variável dentro de sua amostra. Já o teste estatístico de Levene é utilizado para avaliar a igualdade de variâncias, quando se rejeita a normalidade da distribuição.

O resultado dos testes demonstrou que os dados não apresentaram distribuição normal para todas as variáveis, mas apresentaram homogeneidade. Desta forma, optou-se por aplicar o teste de média para amostra emparelhada não paramétrico de Wilcoxon, com a finalidade de observar se existem diferenças entre os indicadores econômico-financeiros calculados antes e após a adoção do custo atribuído e se as possíveis variações são significativas dentro da amostra. O teste Wilcoxon é uma alternativa ao teste T-Student para comparar duas médias populacionais com base em amostras emparelhadas, quando uma distribuição não é normal. (MAROCO; 2007).

Para a realização do teste, estabeleceram-se as seguintes hipóteses estatísticas: H0: Custo histórico – Valor justo = 0 e H1: Custo histórico – Valor justo \neq 0

A hipótese nula (H0) infere que a média das contas patrimoniais, mensuradas pelo custo histórico, é igual à média das contas patrimoniais, mensuradas pelo valor justo. Já a hipótese alternativa (H1) infere que a média das contas patrimoniais mensuradas pelo custo histórico é diferente da média das contas patrimoniais mensuradas pelo valor justo.

4 Análise de dados e resultado

4.1 Divulgação

Tabela 2 – Divulgação da adoção do custo atribuído (*deemed cost*).

Informação/Motivos	Quantidade	%
Adotaram o custo atribuído e divulgaram as informações dos ajustes	41	7
Fizeram a opção - itens patrimoniais afetados pela adoção.	42	7
Não divulgaram informações sobre a adoção do custo atribuído	34	6
Não divulgaram informações de forma clara e precisa	34	6
Não fizeram adoção do custo atribuído e divulgaram a não opção	489	87
Não fizeram a opção	489	87
Total	564	100

Constata-se que 87% das empresas não fizeram a opção pelo custo atribuído, o que pode significar uma não observância dos profissionais às novas tendências dos registros contábeis ou estas empresas não consideraram viável a opção de proceder aos ajustes. Este dado está em linha com os achados da pesquisa de Santos (2013) que identificou que 86,21% das empresas de sua amostra não adotaram o método de avaliação do ativo imobilizado. Outras 6% não divulgaram, de forma clara e precisa, o impacto do registro do custo atribuído nas contas patrimoniais e de resultado ou não republicaram comparativamente as demonstrações de 2009.

Vê-se, no entanto, que 94% das empresas da amostra atenderam a exigência de divulgação informando a adoção ou não do novo método e, quando adotam, divulgaram os ajustes comparativos. Por fim, nota-se que 7% empresas, no momento de transição para as novas normas, optaram pelo critério do custo atribuído (*deemed cost*) e divulgaram os ajustes comparativos do exercício de 2009, atendendo a NBC TG 37– Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (2009).

As análises serão compostas, portanto, de 41 empresas, as quais fizeram a opção pelo custo atribuído e divulgaram as informações dos ajustes.

Tabela 3 - Empresas estudadas por setor.

Setor	Quantidade de empresas	%
Bens industriais	11	29
Construção e Transporte	1	2
Consumo cíclico	14	33
Consumo não Cíclico	2	5
Materiais básicos	7	17
Tecnologia da informação	1	2
Utilidade pública	5	12
Total	41	100

Desta forma, vê-se que os setores com maior número de empresas que fizeram a adoção do custo atribuído foram: Consumo cíclico, Bens Industriais e Materiais básicos, com percentuais de 33%, 29% e 17%, respectivamente. Tal achado pode ser justificado pela existência de considerável parque fabril neste tipo de empresa, já que se tratam de empresas

de produção industrial de alimentos, têxteis, metais, maquinários, madeira, papel, químicos etc. Já nos setores com menor número de empresas que fizeram a adesão, destacam-se Tecnologia da Informação (2%) e Construção e Transporte (2%). Isto pode ser justificado pelo fato das atividades desses grupos serem mais voltadas à prestação de serviços e não exigirem um imobilizado representativo.

4.2 Validação do Pressuposto

Inicialmente, realizou-se a aplicação dos testes estatísticos *Kolmogorov-Smirnov* e *Levene* com o intuito de validar os pressupostos da normalidade e homogeneidade das variâncias dos dados estudados.

Os resultados do teste de *Kolmogorov-Smirnov* demonstraram que os indicadores Participação de capital de terceiros, Imobilização do Patrimônio líquido, Imobilização dos recursos permanentes, Margem líquida, Rentabilidade do Patrimônio líquido, e Rentabilidade do ativo apresentaram significância estatística menor que 5%, rejeitando a hipótese de distribuição normal. Exceção identificada no indicador Giro do Ativo (GA) que apresentou p-value > 0,05, indicando, estatisticamente, que tal variável possui distribuição normal. Em relação ao teste de *Levene*, verificou-se que todas as variáveis apresentaram p-value > 0,05, demonstrando, estatisticamente, que as variâncias destes indicadores são homogêneas.

Como não houve distribuição normal para todas as variáveis foi aplicado o teste não paramétrico de *Wilcoxon* para atender ao objetivo da pesquisa.

4.3 Estatísticas Descritivas e Teste Wilcoxon

Nas estatísticas descritivas, procurou-se destacar os principais dados para que se possa ter uma visão clara da amostra em estudo, para isto, apresentam-se as informações da média, desvio padrão, mínima e máxima, antes e após os ajustes do custo atribuído. Na Tabela 4, apresenta-se a estatística descritiva e os resultados do teste de *Wilcoxon*.

Tabela 4 - Estatísticas descritivas e teste de *Wilcoxon* dos indicadores econômico-financeiros

Categoria	Índice	Posição	Média	Variação	Mínima	Máxima	Desvio Padrão	Estatística Z	Sig
Estrutura de Capital	PCT	Antes	195,97	-47%	- 831,54	2.784,59	545,82	-3,80	0,00
		Depois	103,60		- 496,58	826,47	216,96		
	IPL	Antes	139,38	-18%	- 407,65	1.763,63	298,29	-0,27	0,02
		Depois	114,03		- 262,98	502,89	129,95		
	IRP	Antes	39,42	89%	- 834,69	136,09	149,57	-2,96	0,01
		Depois	74,32		- 191,22	202,54	53,16		
Rentabilidade	GA	Antes	0,58	-21%	0,01	1,78	0,38	-4,97	0,03
		Depois	0,46		0,01	1,17	0,30		
	ML	Antes	631,21	-8%	-19,95	13.718,42	2.633,76	-3,75	0,04
		Depois	581,21		-136,21	12.880,53	2.457,82		
	ROE	Antes	26,14	-94%	-186,05	521,48	92,74	-4,54	0,01
		Depois	1,45		-189,10	62,97	36,62		
	ROA	Antes	7,98	-44%	- 13,66	86,98	16,65	-3,70	0,02
		Depois	4,50		- 12,24	47,70	9,88		

Onde: **PCT**: Participação do Capital de Terceiros, **IPL**: Imobilização do Patrimônio Líquido, **IRP**: Imobilização dos Recursos Permanentes, **GA**: Giro do Ativo, **ML**: Margem Líquida, **RPL**: Retorno sobre o Patrimônio Líquido e **RA**: Rentabilidade do Ativo.

Observa-se, intuitivamente, nos dados expostos na Tabela 4, que os indicadores de Rentabilidade e Estrutura de Capital tiveram variações negativas nas médias, com exceção do indicador IRP que apresentou variação positiva. Assim, por categoria, observa-se que a

variação mais representativa nas médias, para o grupo Estrutura de Capital, apresentou-se no índice Imobilização dos Recursos Permanentes (IRP), com um aumento de 89% e na categoria Rentabilidade, para o indicador Retorno sobre o Patrimônio líquido com uma variação de -94%.

Outro aspecto a ser ressaltado é que o desvio padrão das médias apresentou menor valor para os indicadores econômicos - financeiros calculados com o impacto do custo atribuído, o que demonstra a diminuição na variabilidade dos números para estes indicadores.

Analisando de forma individualizada os indicadores, observa-se que o indicador Participação de Capital de Terceiros (PCT) teve variação negativa na média, de -47%. A adoção do custo atribuído levou a ajustes no Passivo Não Circulante (Tributos Diferidos) e, em maior proporção, no Patrimônio Líquido (Ajuste de Avaliação Patrimonial), o que ocasionou essa queda na média. Desta forma, a aplicação do custo atribuído demonstrou-se favorável às companhias, uma vez que gerou aumento no capital próprio, melhorando a estrutura de capital.

O indicador Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL) também sofreu variação negativa na média, de -18%. A alteração no valor do grupo Ativo Permanente, decorrente do ajuste na conta Ativo Imobilizado, e os ajustes no Patrimônio Líquido provocaram essa variação, evidenciando que o registro do custo atribuído gera impacto positivo no indicador, na medida em que reduz o percentual do capital próprio aplicado no ativo imobilizado.

Em relação ao indicador Imobilização dos Recursos Permanentes (IRP), observa-se que o registro do custo atribuído no Ativo Imobilizado e no grupo Recursos Não Correntes (Passivo Não Circulante + PL) foi responsável pelo aumento deste índice. Verifica-se que o impacto do custo atribuído sobre este indicador não foi favorável, uma vez que elevou o percentual dos recursos permanentes aplicado no ativo imobilizado.

O indicador Giro do Ativo (GA) sofreu variação negativa na média de -21%, evidenciando que o registro do custo atribuído não é favorável às empresas, uma vez que reduziu o retorno da empresa, por meio do menor uso de suas aplicações (ativos).

Já o indicador Margem líquida (ML) apresentou variação percentual de -8%. A contabilização no resultado da parcela referente à depreciação diminuiu o lucro líquido e, conseqüentemente, o indicador, demonstrando que o registro do custo atribuído não é favorável às empresas, dado que diminuiu o lucro obtido por cada unidade de venda realizada pelas companhias.

A variação no índice Rentabilidade do PL (ROE) foi ocasionada pelo registro do custo atribuído no patrimônio líquido e pela redução do lucro líquido decorrente da contabilização da despesa com depreciação. Assim, pode-se inferir que o registro do custo atribuído diminuiu o percentual do lucro obtido em relação ao capital próprio investido.

Já a queda na média do indicador Rentabilidade do Ativo (ROA) foi ocasionada pelo registro do custo atribuído, no ativo imobilizado, e da parcela referente à depreciação, no resultado, que implicaram na redução do indicador. Isto demonstra que o registro do custo atribuído gerou uma redução do retorno produzido pelo ativo das empresas.

Em relação aos resultados dos testes de Wilcoxon, expostos na Tabela 4, pode-se rejeitar a hipótese do teste, uma vez que as variáveis: Participação de Capital de Terceiros (PCT), Imobilização do PL (IPL), Imobilização dos Recursos Permanentes (IRP), Margem Líquida (ML), Giro do Ativo (GA), Rentabilidade do PL (RPL) e Rentabilidade do Ativo (RA), antes e após o ajuste do custo atribuído, não apresentaram médias iguais, ao nível de significância de 5%.

Desta forma, pode-se concluir com base na análise da estatística descritiva e do teste de Wilcoxon, que o efeito do registro do custo atribuído nos indicadores econômico-financeiros das companhias abertas foi não favorável para 71% dos indicadores: Giro do Ativo, Margem Líquida, Retorno Sobre o Patrimônio Líquido e Retorno do Ativo e foi

favorável para 29% dos indicadores: Participação de Capital de Terceiros e Imobilização do Patrimônio Líquido.

Em resumo ao resultado encontrado, os indicadores econômico-financeiros de Rentabilidade das companhias listadas na Comissão de Valores Mobiliários, foram afetados, significativamente, de forma negativa com a adoção do custo atribuído (deemed cost), ao nível de significância de 5%. Enquanto que os indicadores de Estrutura de Capital foram afetados, significativamente, de forma positiva com a adoção do custo atribuído (deemed cost), ao nível de significância de 5%, com exceção do indicador Imobilização dos Recursos Permanentes (IRP) que foi afetado negativamente. Este resultado está em linha com os achados das pesquisas de Bernardino, Prado e Ribeiro (2011) Cerqueira et al (2013) e Santos (2013) que afirmam que a adoção do método do custo atribuído não foi, em suma, uma opção vantajosa dentro de suas amostras.

Verificou-se nestas pesquisas, utilizadas para fundamentar os resultados, que o ajuste do ativo imobilizado pelo método do custo atribuído não foi prontamente avaliado do ponto de vista econômico e financeiro, mas propriamente como meio de melhorar à “vista patrimonial” dos bens.

Mesmo que fortemente incentivada à adoção do custo atribuído (deemed cost), conforme o próprio ICPC 10, pelas empresas, cabe aos profissionais da área contábil (Contadores, Controladores, Auditores) avaliar todos os aspectos da opção e tomar a decisão mais valiosa à companhia.

5 Considerações finais

O estudo teve por objetivo analisar o efeito do registro do custo atribuído nos indicadores econômico-financeiros das companhias abertas, listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que em 2010 adequaram-se aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS). Foram calculados os indicadores de Estrutura de Capital: Participação de Capital de Terceiros (PCT), Imobilização do PL (IPL) e Imobilização dos Recursos Permanentes (IRP); e de Rentabilidade: Giro do Ativo (GA), Margem Líquida (ML), Rentabilidade do PL (ROE) e Rentabilidade do Ativo (ROA), do exercício de 2009, antes e após a adoção do custo atribuído, uma vez que as demonstrações de 2009 tiveram de ser republicadas, com e sem o efeito dos ajustes, para fins comparativos. Para atender ao objetivo da pesquisa, a amostra foi submetida ao cálculo de estatística descritiva e aos testes de médias para amostras emparelhadas Wilcoxon.

Os resultados da pesquisa suportam a hipótese estabelecida de que existe diferença estatisticamente significativa entre os indicadores econômicos-financeiros calculados com e sem o efeito do registro do valor justo como novo custo atribuído ao ativo imobilizado das Companhias abertas do Brasil. Adicionalmente os testes revelaram que o efeito do registro do custo atribuído impactou, significativamente, de forma negativa os indicadores de Rentabilidade das companhias abertas listadas na CVM e de forma positiva os indicadores de Estrutura de Capital, exceto o indicador Imobilização dos Recursos Permanentes (IRP).

Assim, a adoção do custo atribuído, apesar de gerar benefícios significativos para os usuários, em termos de aumento da qualidade informacional e na geração de informações relevantes sobre o patrimônio das entidades, implicou em impactos negativos nos indicadores de rentabilidade e em parte dos indicadores de estrutura de capital.

Demonstrando, assim, um comportamento diferenciado dos gestores que optaram pelo registro do custo atribuído, ao não se preocuparem somente com a apresentação de indicadores e resultados positivos, ora visto que o registro do custo atribuído gera impacto positivo no patrimônio líquido e negativo no resultado do exercício, uma vez que aumenta a despesa de depreciação do período e conseqüentemente reduz o lucro auferido. Mesmo com essa realidade, as empresas optaram por registrar seus ativos imobilizados a valor justo,

estimulados pela não tributação, de acordo com o Regime Tributário Transitório que garantia neutralidade tributária no período de ajuste.

Por fim, este trabalho demonstrou, empiricamente, indicativos de mudança na cultura informacional das Companhias, iniciada com a internacionalização das normas contábeis, que trouxeram alterações na estrutura conceitual da contabilidade, no que diz respeito a valorização da relevância como características qualitativa da informação contábil. Desta forma, a divulgação e apresentação de informação relevante e útil para a tomada de decisão vêm se mostrando mais importante para os gestores do que a apresentação de lucro e rentabilidade.

Compreende-se que o objetivo deste estudo foi alcançado à medida que respondeu a pergunta da pesquisa, além de possibilitar melhor entendimento do assunto abordado. Entre as limitações da pesquisa está a não divulgação, ou divulgação de forma não específica dos ajustes realizados, decorrentes da adoção do custo atribuído. Por fim, sugere-se para pesquisas futuras o impacto do custo atribuído sob a análise de outros métodos estatísticos e o impacto do custo atribuído nos exercícios seguintes à adoção inicial.

6 Referencial bibliográfico

ALVES, W. O. **Contabilidade Internacional: Um estudo comparativo do Balanço Patrimonial segundo os padrões brasileiro e internacional**. Sousa/PB: UFCG, 2

ANDREATTA, A. P. **Aplicação do CPC 27 no Imobilizado em Empresa do Ramo de Transporte**. XVIII Curso de Especialização em Gestão Contábil e Financeira. 2013.

Disponível em: <

http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1005/1/PB_EGCF_VIII_2013_04.pdf>.

Acessado em 31 mar. 2014.

ANTUNES, M. T. P. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, v. 10, n. 20, São Paulo, jan. 2012.

Disponível em: http://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/introducao.htm>.

Acessado em 21 mar. 2014.

ASSAF, A. N. **Finanças Corporativas**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

BERNARDINO, F. F. M; PRADO, T. A. R; RIBEIRO, K. C. S. **O Impacto da Adoção do Deemed Cost no Valuation de Empresas Brasileiras do Setor de Papel e Celulose**. In: XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Belo Horizonte, 2011.

BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade** – teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2004.

BEUREN, I. M.; KLANN, R. C.. Análise dos reflexos das divergências entre IFRS e US GAAP na evidenciação contábil de empresas inglesas listadas na LSE. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

BRAGA, H. R., ALMEIDA, M. C.. **Demonstrações contábeis**, São Paulo: Atlas, 1999. p. 124 -166.

BRUNI, A. L.. **SPSS aplicado à pesquisa acadêmica**. São Paulo: Atlas, 2009.

CARDOSO, P. R. Ativo Imobilizado e as Novas Regras contábeis. **CRC-DF**, Brasília, set. 2012. Disponível em:

http://www.crcdf.org.br/crcdf/index.php?option=com_content&view=article&id=255:ativoimobilizado&catid=17:ultimas-noticias&Itemid=32>. Acessado em: 22 mar. 2014

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996

CERQUEIRA, D. A. C. O impacto do reconhecimento do custo atribuído e da divulgação de impairment de ativos tangíveis e intangíveis (IFRS) sobre os preços e os retornos das ações das companhias brasileiras. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v.17, n 3, p. 5 – p. 23, set/dez, 2012.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa Em Administração**. São Paulo: Artmed, 2005.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC (Brasil). **Interpretação técnica ICPC 10**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli619.doc>. Acesso em: 21 mar. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC (Brasil). **Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli583.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC (Brasil). **Pronunciamento Técnico CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli609.doc> Acesso em: 21 mar. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC (Brasil). **Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/audi/ed1111snc.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2014.

ECKERT, A. Normas Contábeis de Reconhecimento e Mensuração do Ativo Imobilizado: Impacto em Empresas de Bens Industriais Gaúchas Listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, UFPR, Curitiba, v. 4, n.2, p. 69-89, maio/ago. 2012.

EVANGELISTA, D. T. **Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado: impactos contábeis e tributários**. Trabalho de conclusão de curso, UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27238/000763022.pdf?sequence=1>>. Acessado em 04 abr. 2014.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º edição. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de Balanços**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

IUDÍCIBUS, S. **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável a Todas as Sociedades. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1978.

LEI 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. **Dispõe sobre as sociedades por ações.** Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/lei6404_1976.htm>. Acessado em 04 abr. 2014.

LEI 11.638 de 28 de Dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acessado em 04 abr. 2014.

LEMES, S; SILVA, MIRIÂ G. A experiência de Empresas Brasileiras na Adoção das IFRS. **Contabilidade Vista e Revista**, volume 18, n. 3, p. 37-58, jul. /set. 2007

MACEDO, H. C. Contabilidade Internacional: Um Enfoque sob a Realidade Brasileira e Mundial. **QUALIT@S REVISTA ELETRÔNICA**. ISSN 1677-4280 v. 7, n.1, Ano 2008.

MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS**. 3ª Edição. São Paulo: Edições Sílabo, 2007.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIRANDA, V. L. **Impacto da adoção das IFRS em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Europeia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, A. A Análise das Demonstrações Contábeis e sua Importância para Evidenciar a Situação Econômica e Financeira das Organizações. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios*, volume 1, nº 1, 2010. Disponível em:<http://www.facsaoque.br/novo/publicacoes/pdfs/ricardo_alessandro.pdf>. Acessado em 29 mar. 2014.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PERRAMON, J.; AMAT, O. **IFRS introduction and its effect on listed companies in Spain**, 2006. Disponível em: <<http://www.econ.upf.edu/docs/papers/downloads/975.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2011.

RESOLUÇÃO CFC Nº 1.055 de 7 de Outubro de 2005. **Cria o comitê de pronunciamentos contábeis - (CPC), e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/cfc1055.htm>>. Acessado em 05 abr. 2014.

SAIKI, T.G.; ANTUNES, M.T.P. **Reconhecimento de Ativos Intangíveis em Situação de Business Combinations**: um exemplo prático da aplicação dos CPC 04 e CPC 15. *Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços*, n. 46, 2010.

SANTOS, F. A. M. **Adoção do Valor Justo Como Custo Atribuído do Ativo Imobilizado.** Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para a obtenção do grau de Mestre, FGV, Rio de Janeiro, jan. 2013.

TÉLIS, C. C. **Análise dos Demonstrativos Contábeis.** Centro Sócio Econômico, UFPA, Belém, ago. 2003.

WATANABE, L. **A primeira adoção das normas internacionais de contabilidade:** ensaio nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras do setor da construção civil e incorporação imobiliária. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

WEBER, S. A. V. **Os Efeitos Tributários da CSLL e do IRPJ na Avaliação do Ativo Imobilizado a valor justo.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Economia para a obtenção do grau de Mestre, UFRGS, Porto Alegre, 2013.